

Para o Ministério Público Federal, padronização e patrulha estética em escolas cívico-militares é ilegal e precisa acabar

De acordo com o órgão, militarização coloca em risco liberdade de expressão de estudantes e reforça a exclusão de estudantes negros e LGBTIA+

O Ministério Público Federal defende que escolas militarizadas devem ser proibidas de exigir padrões estéticos como corte de cabelo, cor das unhas e uso de acessórios por parte dos(as) estudantes. A posição foi reforçada na segunda-feira, dia 5 de fevereiro, quando o órgão recorreu de decisão judicial que negou pedido liminar contra a imposição.

A ação tramita na Justiça Federal do Acre, mas tem efeitos sobre colégios cívico-militares estaduais e municipais em todo o território nacional, inclusive no Paraná, onde a obrigatoriedade tem gerado inúmeros transtornos à comunidade escolar.

Para o procurador Lucas Costa Almeida Dias, a militarização das escolas públicas resulta em “violências múltiplas a direitos fundamentais de crianças e adolescentes, especialmente aqueles relacionados ao livre desenvolvimento da personalidade, além de ferir o direito à educação como instrumento emancipatório, num estado democrático e plural, sem potencial para melhoria no ensino”.

O MPF destaca ainda que, ao negar a liminar, a Justiça permite a violação do direito dos estudantes à liberdade de expressão, à intimidade e à vida privada. Outro argumento atesta que a padronização militar reforça o racismo institucional e acentua a exclusão de pessoas LGBTIA+ da educação.

“Para o MPF, a imposição de padrão estético uniforme aos alunos, quanto ao tipo de corte de cabelo, roupas, maquiagem e outros adereços possui impacto negativo desproporcional em indivíduos de grupos minoritários, marginalizados ou alvos de preconceito, como pessoas com cabelos crespos e cacheados”, explica o ministério pública em nota.

A ação civil pública do MPF foi ajuizada em julho de 2023 e também pede que o Estado se abstenha de proibir vedações à liberdade de expressão como a livre manifestação política e a comportamentos que em nada interferem na aprendizagem.

Comunidade e estudantes reclamam de militarização

Com o início do ano letivo e a militarização de novas escolas, a APP-Sindicato tem recebido inúmeras denúncias sobre os problemas que estudantes têm enfrentado com a imposição de regras arbitrárias pelo modelo, como a obsessão pelo controle do corte de cabelo.



Foto: Silvio Turra / SEED

O Ministério Público Federal defende que escolas militarizadas devem ser proibidas de exigir padrões estéticos como corte de cabelo, cor das unhas e uso de acessórios por parte dos estudantes. Recentemente, a posição foi reforçada quando o órgão recorreu de decisão judicial que negou pedido liminar contra a imposição. O MPF destaca que, ao negar a liminar, a Justiça permite a violação do direito dos estudantes à liberdade de expressão, à intimidade e à vida privada, além de acentuar a exclusão de pessoas LGBTIA+ da educação.

Em um dos relatos, uma mãe da cidade de Londrina conta que o filho enfrenta problemas por ter cabelo comprido. “A escola do meu filho virou cívico-militar. Votei contra, mas infelizmente as pessoas não entenderam que isso é um abuso. Falaram que tudo que eu tinha lido a respeito era falso, porém ontem, mandaram no whatsapp da escola as normas igual às que eu tinha lido e que diziam ser mentira. Meu filho tem cabelo comprido e terá que cortar, mas não farei isso e também não acho certo ter que trocar-lo de escola, pois é perto de casa e os amigos dele estão lá”.

Aveso aos valores de uma educação humanizadora e que valoriza a diversidade, o modelo cívico-militar não possui qualquer sustentação pedagógica ou na literatura científica, mas foi implantado à força para agradar a base de extrema-direita do governo Ratinho Junior.

Vale lembrar que cada monitor militar custa R\$ 5,5 mil aos cofres públicos, uma gratificação maior do que o piso dos professores e o suficiente para pagar o salário básico de quatro funcionários (Agentes I). É o maior cabide de emprego para militares aposentados do Brasil.

CONFIRA NO SITE DA APP-SINDICATO A ÍNTEGRA DESTA MATÉRIA:

www.appindicato.org.br/s2nf



Distribuição confusa deixa educadores PSS sem aulas e tem denúncias de “fura-fila” nas cívico-militares

A desorganização da Seed prejudica professores PSS, impedidos de trabalhar apesar da prorrogação de seus contratos

O ano letivo já começou, mas os problemas da distribuição de aulas continuam. Apesar da prorrogação dos contratos, professores PSS se veem impedidos de trabalhar. Alguns foram na distribuição, aceitaram as aulas e, ao chegarem na escola, não havia aulas para assumir.

“Fomos na distribuição. Quando chegávamos nos colégios nos diziam que essas aulas não existiam. Como são capazes de fazer isso conosco?”, questionou uma educadora nas redes sociais da APP. “Fazemos prova, vídeo, somos classificados, trabalhamos no ano passado e comparecemos na distribuição. Somos trabalhadores e temos contas para pagar, famílias para sustentar e recebemos aulas que não existem?”, desabafa.

Diversos casos de “fura-fila”, em especial nas escolas cívico-militares, também estão sendo relatados à APP.

Uma educadora do Litoral escreveu: “meu esposo foi pegar aula em Guaratuba e pularam ele e colocaram outra pessoa que estava bem no final da lista. Ele estava em quarto lugar para pegar aula e essa pessoa estava em 16º. Resultado: ele não conseguiu aula”.

A direção da APP deliberou que vai solicitar reunião com a Seed para tratar especificamente dos transtornos na distribuição de aulas. A Secretaria de Assuntos Jurídicos da APP também pede que os relatos sejam enviados – com o maior detalhamento possível – para o e-mail juridico@app.com.br

Outra orientação é o registro dos casos junto à Ouvidoria da Seed.